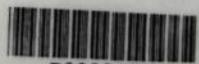




CIBEC/INEP



B0008491

MEC
SECRETARIA GERAL

INEP

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

SUBSÍDIOS PARA O DESENVOLVIMENTO
E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO
NAS ÁREAS RURAIS

22)

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SECRETARIO GERAL

- GRUPO ESPECIAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL
SEG/DEPARTAMENTOS/MEC - CNRH/IPEA - PNUD/UNESCO

SUBSÍDIOS PARA O DESENVOLVIMENTO E
PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO
NAS ÁREAS RURAIS

Brasília, março de 1978

GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO

A. DESIGNADOS ATRAVÉS DA PORTARIA MINISTERIAL Nº 47/77

1. José Amaral Sobrinho - CODEPLAN/SE G/MEC -- Coordenador
2. Helena Maria Mussi de Carvalho - DEF/MEC
3. Lúcia Dantas de Sá e Benevides - CODEPLAN/SEG/MEC
4. Luiz Fernando Costa A. Campis - COAGRI/DEM/MEC
5. Maria Lutgarda Matta Maroto - CODEPLAN/SEG/MEC
6. Marilda Carvalho - DSU/MEC

B. PARTICIPANTES DO CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS
CNRH/IPEA/SEPLAN

1. Diva de Moura Diniz Costa
2. Neuza Pereira dos Santos
3. Zuleide Araújo Teixeira

C. PARTICIPANTE DO PROJETO DE PLANEJAMENTO DE RECURSOS
HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS - PNUD/BRA - 7 0/550

1. Gustavo Lopez Ospina

ÍNDICE

I	- INTRODUÇÃO	01
II	- PRINCÍPIOS BÁSICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL	05
III	- MEDIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL, A NÍVEL DE MEC E DE SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO	08
IV	- POSSÍVEIS LINHAS DE PROGRAMAÇÃO	14
V	- RECOMENDAÇÕES	19

I - INTRODUÇÃO

Por Portaria nº 47 de 20 de janeiro do ano findo Senhor Ministro da Educação designou um grupo especial de trabalho, com representantes dos diversos Departamentos do MEC, destinado a proceder estudos e desenvolver atividades que visem apoiar a formulação de diretrizes para a educação nas áreas rurais, fundamentem uma ação integrada do MEC junto aos Estados e Órgãos Governamentais e facilitem a obtenção das informações necessárias para um possível Acordo com o BIRD.

O Grupo Especial formulou um programa de atividades para o ano de 1977, o qual vem sendo desenvolvido de forma articulada com o CNRH/IPLAN e com a cooperação do PNUD/UNESCO.

Dentre as atividades desenvolvidas destacam-se:

1. estudos sobre a caracterização sócio-econômica do meio rural dos Estados do Amazonas e Para e da Região Nordeste;
2. análise de ações em desenvolvimento no meio rural desses Estados;
3. estudos sobre prioridades, perspectivas e problemas educacionais detectados através dos estudos anteriores, bem como através de contatos com as Secretarias Estaduais de Educação, programas e instituições vinculadas as áreas rurais;
4. observação local, estudo e análise de experiências inovadoras de educação, em diversos tipos de áreas rurais do País;
5. identificação e análise dos fatores de ordem político-administrativa e gerencial que incidem sobre a elaboração de programas no meio rural, seu dimensionamento e desenvolvimento .

Entre estes fatores podem ser citados:

- estrutura fundiária e exploração da terra, que determinam demanda concretas sobre a capacitação e habilidades específicas da força de trabalho; incidem no nível de renda da população, nas possibilidades para participar do processo educacional e na concentração e flutuações da população;
- as características e nível de desenvolvimento da infraestrutura no meio rural, que dificultam o processo de aceleração das mudanças no setor educacional, sua adequação às necessidades da população como, também, a ampliação oportuna do serviço;
- a política agropecuária, que concentra grande parte de suas ações em áreas rurais definidas como prioritárias e de maior potencial de recursos naturais;
- a capacidade financeira do setor educacional que é limitada, na atualidade, para ampliar e melhorar a prestação do serviço educacional no meio rural;
- a capacidade gerencial do setor educacional que se encontra mais estruturada e destinada a prestação do serviço nas áreas urbanas e semi-urbanas.

A abrangência dos estudos e análises desenvolvidos e a consciência da complexidade de que se reveste a educação no meio rural conduziram a proposição deste documento, contendo subsídios para o desenvolvimento da educação no meio rural.

O Capítulo II - Princípios Básicos para o Desenvolvimento da Educação no Meio Rural, apresentam o marco teórico ou a fundamentação para as ações a serem desenvolvidas no meio rural. Buscam responder a questões sobre a finalidade da educação no meio rural, a quem deve se destinar e como deve se estruturar o sistema educacional.

O Capítulo III apresenta as medidas que se consideram necessárias, tanto a nível de MEC quanto a nível das Secretarias Estaduais de Educação. São medidas, em quase sua totalidade, de caráter administrativo e sua importância decorre do fato de que a educação no meio rural deve, para seu desenvolvimento, basear-se em mecanismos flexíveis porém bastante estruturados. Algumas medidas poderão ser operacionalizadas e oferecer resultados a curto prazo, enquanto que os resultados de outras somente se farão sentir a médio e longo prazos.

O capítulo contendo as recomendações específicas contém detalhes para cada uma das medidas sugeridas e seu desdobramento.

O Capítulo IV trata dos tipos e natureza dos programas que podem ser desenvolvidos. Inicialmente os programas foram apresentados tendo em vista os grupos populacionais e logo a seguir por áreas, que podem ser comuns aos programas inicialmente propostos.

Os programas identificados não devem ser exclusivos ou alternativos, mas sim complementares, sempre que possível. Assim, o programa de reformulação ou elaboração de currículos pode ser complementado com o programa de elaboração de materiais de ensino-aprendizagem e de aperfeiçoamento de pessoal docente e técnico. O programa de melhoria ou construção de estabelecimento de ensino pode ser complementado com o de aperfeiçoamento de pessoal docente e técnico. Outras formas de integração de programas podem ser identificadas como também outros programas .

As Recomendações, objeto do Capítulo V, em sua apresentação obedeceram ao seguinte esquema:

- a) Recomendações Fundamentais que estabelecem o marco teórico essencial dentro do qual se deve dimensionar e direcionar o processo educacional no meio rural;

- b) Ações de caráter geral, são recomendações de ações que, ligadas a cada componente do processo, são necessárias para adequar e dinamizar o processo educacional nas áreas rurais.
- c) Ações de caráter específico, consideradas relevantes e instrumentais para desencadear e facilitar a criação de condições que possibilitem a integração do processo educacional nas áreas rurais.

A complexidade do desenvolvimento das áreas rurais, a especificidade dos problemas em cada região e Unidades da Federação fazem com que a elaboração de recomendações e ações para o meio rural se caracterize como um processo de aproximações sucessivas, do qual devem participar os órgãos diretamente envolvidos, as associações de base e as famílias. Por esta razão, algumas das recomendações, pela sua amplitude, serão gradativamente viabilizadas enquanto outras podem ser de imediato operacionalizadas.

As Recomendações estão estreitamente vinculadas aos capítulos anteriores, se relacionam às medidas e aos programas sugeridos, indicando caminhos e ações específicas pelos componentes educacionais.

II - PRINCÍPIOS BÁSICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL.

A abrangência dos estudos e análise desenvolvidos e a consciência da complexidade de que se reveste no meio rural conduziram a proposição de alguns princípios básicos capazes de:

- . orientar as múltiplas atividades educacionais .em desenvolvimento ou a serem desenvolvidas no meio rural;
- . garantir uma fundamentação para a educação no meio rural;
- . facilitar o ordenamento alternativo de programas ou atividades educacionais ;
- . facilitar a seleção de ações prioritárias a serem desenvolvidas.

Os princípios básicos buscam responder a questões da seguinte natureza: "Como deve ser a educação no meio rural?" "Que características deve ter a estrutura educacional *no* meio rural?" "A quem se destina a educação no meio rural?"

Os princípios básicos a seguir relacionados buscam, portanto, estabelecer um marco teórico dentro do qual deve ser conduzido o processo educacional no meio rural:

1. A educação no meio rural deve possibilitar:

- . a aquisição de conhecimentos que possibilitem ao indivíduo e à comunidade a compreensão do meio em que vivem e os instrumentalizem para encontrar a melhor solução para as situações que impedem ou dificultam o seu desenvolvimento.
- . a aquisição de conhecimentos que levem a um aumento da produtividade e em" conseqüência, a uma melhoria das condições de vida.

- . a participação da comunidade no desenvolvimento, na transformação ou adaptação de estruturas de natureza econômica e social, tais como: cooperativas, escolas, programas, pelotões de saúde, etc.
- . a promoção do homem a partir de seu contexto cultural.

Assim, a educação no meio rural deve ocorrer em função da realidade sócio-econômica de cada grupo populacional, garantindo uma educação básica (ler, escrever, contar, etc) e uma educação mais específica e diversificada, voltadas para as atividades desenvolvidas pelo indivíduo ou pela comunidade e para as necessidades evidenciadas .

2-0 sistema educacional, tanto no meio urbano quanto rural deve se estruturar com grande flexibilidade para garantir a utilização de todos os recursos, formas e meios que melhor respondam às características ambientais e demográficas e para atendimento a toda a população seja ela criança, jovem ou adulta. Assim, ao lado ou integrados aos programas formais de educação devem ser desenvolvidos programas destinados a jovens e adultos ou a grupos específicos com interesses ou características comuns.

Os programas educacionais, para sua realização, devem levar em conta os tipos de atividades desenvolvidas pela comunidade, seus valores e normas, devendo as metodologias a serem utilizadas se adaptarem a estas características .

3 - Os conteúdos dos programas educacionais, sejam de educação formal como não formal devem acompanhar os avanços alcançados em outros setores da atividade econômica (saúde, agricultura, comércio, etc) como forma de adequar e atualizar os conhecimentos e experiências as necessidades dos indivíduos e da comunidade.

4-0 sistema educacional deverá contar, também com mecanismos necessários para possibilitar o atendimento a população que se desloca temporária ou definitivamente, a fim

de incorporá-la ao novo meio.

5 - Os conteúdos educacionais, as formas de organizá-los e métodos, como meios para o alcance dos objetivos educacionais devem ser flexíveis, devendo, portanto, ser incentivada a experimentação e inovação como forma de buscar um melhor atendimento da população do meio rural e ao mesmo tempo, uma estreita vinculação com as mudanças introduzidas em outros setores.

6 - Os programas educacionais no meio rural devem contar, nas fases de diagnóstico, programação, execução e avaliação, com a participação das associações de base, das famílias e do pessoal técnico que atua em outros setores da atividade econômica e social (agricultura, saúde, etc), possibilitando que as necessidades e aspirações das comunidades sejam consideradas nos programas educacionais e que a comunidade se sinta responsável pelo desenvolvimento dos mesmos.

7 - A ação educacional no meio rural deve ser conduzida, de preferência, por elementos da própria comunidade que devem se tornar os agentes de mudanças e de promoção do homem no meio rural. Face a importância do agente educacional, sua ação deve ser apoiada e incentivada através da orientação, supervisão, treinamento, aperfeiçoamento, etc.

8 - A educação no meio rural deve contar com recursos financeiros específicos de forma a assegurar o adequado atendimento aos diversos componentes do sistema educacional.

III - MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL.

Considerando os princípios básicos anteriormente citados, a situação da educação no meio rural, as estruturas e mecanismos existentes a nível de MEC e das Secretarias de Educação, apresenta-se a seguir as medidas, tanto a nível de MEC quanto de Secretarias de Educação, necessárias para suporte ao desenvolvimento da educação no meio rural. Os desdobramentos e implicações destas medidas se encontram no item V --Recomendações.

A - A NÍVEL FEDERAL (MEC)

- 1 - Coordenação, pela Secretaria Geral do MEC, das atividades de cooperação técnica e financeira prestada pelos diversos órgãos do MEC aos sistemas Estaduais de Educação como forma-de:
 - . garantir unidade e integração de planos, programas, projetos e instrumentos;
 - . garantir o desenvolvimento harmônico do sistema educacional, evitando assim o crescimento maior de certos setores em detrimento de outros;
 - . garantir a coordenação das atividades voltadas para o desenvolvimento da educação no meio rural;
 - . aperfeiçoar permanentemente técnicas e instrumentos que facilitem o tratamento integrado do sistema educacional;
 - . assegurar consistência entre os Planos Estaduais de Educação, Plano Setorial de Educação e o Plano de Desenvolvimento;
 - . o contato coordenado do MEC-SEG/DEF/DEM e DSU- com a Secretaria de Educação do Ceará, realizado em fevereiro do corrente ano, deverá ser o início do processo de coordenação da cooperação técnica do MEC aos Estados.
- 2 - Reforço ao Projeto de Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal-PROMUNICÍPIO, sob rcs-

ponsabilidade do DEF, como forma de manter e ampliar a assistência de educação no processo de municipalização do ensino, mediante o qual o ensino no meio rural poderá ser expandido e melhorado.

3 - Apoio ao pessoal técnico das Secretarias de Educação e dos núcleos ou órgãos regionais e aos docentes, nos aspectos referentes a educação no meio rural, através de cursos, seminários, reuniões, painéis, manuais, etc, que tenham por objetivo elaboração, análise e avaliação de instrumentos ou metodologias, para a definição de estratégias e caminhos, para a análise de experiências, para a avaliação de atividades.

Como o desenvolvimento da educação no meio rural envolve vários níveis e modalidades de ensino, a programação deverá ser coordenada pela Secretaria Geral.

4 - Envio aos Departamentos e Órgãos do MEC do documento "SUBSÍDIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL" e solicitação aos órgãos de uma programação específica para o meio rural, com base nos princípios e recomendações nele contidos. As ações a serem desenvolvidas no meio rural ou diretamente a ele relacionadas deverão ser detalhadas na Proposta Orçamentária para 1979 e nos Planos Operativos anuais.

5 - Distribuição pelo MEC às Secretarias de Educação do Documento "Metodologia de Análise para o Planejamento e Administração da Educação no Meio Rural" uma vez que a metodologia já foi utilizada com sucesso nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

6 - Realização nas regiões Sudoeste, Leste e Sul, sob coordenação da Secretaria Geral/MEC, de cursos semelhantes aos Cursos de Planejamento e Administração da Educação para o Desenvolvimento Integrado das áreas rurais, realizado em Caicó/Rio Grande do Norte e Garanhuns/Pernambuco, para o treinamento e aperfeiçoamento do pessoal técnico das Secretarias de Educação.

7 - Elaboração de um programa de estudos e pesquisas de natureza econômico-social relacionadas ao meio rural como base

para a atualização de políticas, estratégias e diretrizes, bem como fundamentar a elaboração da programação curricular, definição de programas de treinamento, metodologias, etc.

O programa de estudos e pesquisas devera atender as necessidades ou aspectos prioritários a nível estadual e regional.

Os estudos e pesquisas poderão ser. de natureza mais abrangente, ou seja, de âmbito regional e de natureza mais localizada.

Os primeiros podem ser coordenados pelo INEP e IJNPS e realizados pelas Universidades ou outras instituições de pesquisa (enquanto os outros podem ser realizados pelas Secretarias Estaduais de Educação, Núcleos Regionais, Universidades e pelas Escolas.

- 8 - Aperfeiçoamento do sistema de informações estatísticas, de forma a possibilitar a coleta de dados que permita o conhecimento da situação educacional no meio rural. O SEEC, como órgão coordenador do sistema de informações estatísticas a nível do MEC e pela sua experiência e pelos contatos a nível estadual, devera elaborar o plano de atividades neste sentido, necessitando, no entanto, reforço institucional e financeiro.
- 9 - Diversificação das atividades do DSU de forma a se responsabilizar pela efetiva coordenação das atividades de educação de adultos desenvolvidas ou a serem desenvolvidas pelos órgãos do MEC.
- 10 - Diversificação e interiorização dos programas de educação de adultos do MOBRAL como forma de atendimento a uma população carente de informações úteis para a melhoria de suas condições de vida e para o trabalho.
- 11 - Apoio financeiro a instituições e programas, estaduais ou particulares, que desenvolvem programas educacionais inovadores no meio rural na área de educação de adultos ou programas de educação não formal.
- 12 - Promoção de atividades de extensão, escolar, principalmente a nível de 2º grau e superior, como forma de possi-

bilitar o aproveitamento da infraestrutura das Universidades, dos Colégios Agrícolas e das Escolas Normais, a formação mais adequada e realista de recursos humanos e apoio e intercâmbio entre instituições e a realidade que as circundam.

Os CRUTACs devem ser dinamizados e os Colégios Agrícolas, mediante orientação da COAGRI deverão propor um programa de atividades na área.

- 13 - Apoiar a execução de cursos nas Universidades, que visem a formação de pessoal para atuar em projetos de educação no meio rural, a nível local, regional ou estadual.
- 14 - Articulação com o Ministério das Comunicações para o estudo da ampliação da potência ou instalação de rádio-transmissores que permitam a chegada de sinais a áreas até hoje inatingidas possibilitando, assim, a transmissão de programas educacionais.
- 15 - Articulação com organismos das áreas de saúde, agricultura e trabalho para compatibilização de programas e integração das ações.
- 16 - Alocação, nos orçamentos anuais e plurianuais de investimentos, de recursos específicos para o desenvolvimento de programas de educação no meio rural e identificação de mecanismos de financiamento.
- 17 - Continuação dos contatos com o BIRD tendo em vista um acordo de empréstimo para o desenvolvimento da educação no meio rural, como forma de garantir recursos financeiros para uma programação específica para o meio rural.
- 18 - Participação nos trabalhos com o BIRD, bem como em outras atividades voltadas para o desenvolvimento da educação no meio rural, dos elementos do MEC (SEG/DEF/COAGRI/DSU) que participaram do Grupo Especial para a Educação no Meio Rural, considerando que são os elementos que dispõem de informações e conhecimento dos problemas e possibilidades da educação no meio rural do Nordeste.

B - A NÍVEL ESTADUAL

- 1 - Reforço ao projeto de Coordenação e Assistência técnica ao Ensino Municipal como forma de garantir a criação, nas Prefeituras Municipais de núcleos responsáveis pelo planejamento e administração da educação e o atendimento ao pessoal docente e técnico através de contatos, visitas, seminários, encontros, supervisão, orientação, etc.
- 2 - Ampliação das funções ou atribuições dos órgãos responsáveis pelo ensino supletivo nos Estados a fim de que possam promover, orientar e coordenar as atividades de educação de adultos tanto no meio urbano como, especificamente, no meio rural.
- 3 - Reforço técnico e financeiro aos órgãos regionais existentes tais como os NURES, DERES, etc ou criação de núcleos ou órgãos regionais como forma de descentralizar a administração da educação.
- 4 - Concentração nos órgãos regionais educacionais de SERVIÇOS EDUCACIONAIS tais como supervisão, orientação, treinamento, aperfeiçoamento, assistência técnica, bibliotecas, etc, a fim de evitar duplicação de esforços e possibilitar melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros.
- 5 - Reforço técnico e financeiro aos programas que visem apoiar o professor no meio rural através de treinamento, habilitação, orientação, supervisão, material de ensino -aprendizagem, etc.
- 6 - Alocação de recursos no orçamento anual das Secretarias de Educação para o desenvolvimento de projetos específicos de educação no meio rural.
- 7 - Aperfeiçoamento do sistema de planejamento como forma de garantir unidade e integração de planos, programas e projetos e garantir a coordenação das atividades voltadas para o desenvolvimento da educação no meio rural.

- 8 - Dinamização ou criação nas Secretarias de Educação, de grupos que possam elaborar, com a participação de Universidades ou outros órgãos, estudos e levantamentos que subsidiem a programação educacional no meio rural, bem como o recrutamento de especialistas nacionais e estrangeiros para atuar nesses cursos e no delineamento e execução de tais programas.
- 9 - Aperfeiçoamento do sistema de informações como forma de possibilitar a coleta de dados que permita o conhecimento da situação da educação no meio rural.
- 10 - Integração das ações educacionais desenvolvidas no meio rural pelas Secretarias de Educação com as ações desenvolvidas pelo MEC, órgãos federais, regionais, estaduais e particulares, como forma de evitar dispersão de recursos humanos e financeiros.

IV - POSSÍVEIS LINHAS DE PROGRAMAÇÃO

Na tentativa de propor linhas básicas de programação decorrentes da nova abordagem da educação no meio rural e, mais concretamente, de efetivar as recomendações e ações decorrentes, diferentes opções podem ser apresentadas, dentre as quais:

. Definir as linhas de programação em função dos níveis de ensino. Isto significaria, por exemplo, definir a programação em função dos níveis e modalidades de ensino, estrutura que coincide com a atual ação do MEC (Projetos Prioritários).

. Definir as linhas de programação em função das necessidades educacionais próprias das diferentes áreas rurais. Neste caso, o centro de programação estaria orientado pelas condições geográficas, sócio-econômicas e culturais de cada área. A validade desta opção está ligada a um trabalho de formulação "in loco". Naturalmente, deve ficar entendido, que o conhecimento da situação das áreas rurais constitui a base de toda estrutura de programação.

. Definir as linhas de programação tendo como ponto de partida os programas prioritários de desenvolvimento das áreas rurais promovidos atualmente pelo governo. Entre estes programas se destacam

o POLONORDESTE, POLAMAZÔNIA, Projetos de Colonização do INCRA, Projetos para a População de Baixa Renda, Programas de Formação de Mão-de-Obra e o Projeto de Interiorização do Atendimento de Saúde - PIAS. Neste caso, a programação educacional se articula com os objetivos e metas desses programas.

. Definir as linhas de programação visando garantir uma atuação integrada e integral da educação com as condições e características de vida existentes no meio rural. Isto significa que o ordenamento das ações na programação, deve ser de tal forma que responda aos fatos, problemas e demandas específicas dos diferentes grupos populacionais no seu desenvolvimento. Portanto, deverá

basear-se na consideração dos diversos elementos que incidem em cada uma das situações de ruralidade, para, a partir delas, formular programas amplos cujo eixo central seja " o ato educativo" apoiado, principalmente, nos recursos locais e nas ações dos demais setores.

A linha de programação adotada no presente documento baseia-se nesta última opção que inclui e se complementa com as três anteriores. Com a intenção de garantir uma reflexão e ordenamento de ações o mais integrado possível e para responder as necessidades globais requeridas nas RECOMENDAÇÕES FUNDAMENTAIS, sugere-se a seguir alguns programas que poderão servir de base para a definição ou redefinição de ações ou projetos específicos no meio rural:

1. Programas de ensino de 1º grau visando a expansão gradativa do ensino de 1º grau no meio rural, buscando garantir, a médio prazo, pelo menos quatro anos de escolaridade à população na faixa etária correspondente.
2. Programas para a implantação da terminalidade real prevista pela Lei 5692/71 a nível das quatro primeiras séries de primeiro grau.
3. Programas de aceleração da escolarização para os alunos com 14 anos e mais e que se encontram ainda nas quatro primeiras séries do ensino de 1º grau. Este programa de aceleração poderá ser completado com programas de educação não formal voltados para a preparação para o trabalho.
4. Programas de preparação de técnicos a nível de 2º grau ou de implantação de habilitações básicas nas áreas que atendam às necessidades do meio rural.
5. Programas de educação de adultos destinados à transmissão de conhecimentos nas áreas de saúde, nutrição, saneamento, técnicas agrícolas, participação comunitária, etc, que possam ser utilizados e que contribuam para a melhoria das condições de vida da população rural. Um programa desta natureza deve se basear no conhecimento das necessidades da comunidade bem como nas suas aspirações.

6. Programas de educação não formal que podem envolver crianças, jovens e adultos. Os objetivos destes programas dependem das necessidades, aspirações, níveis de conhecimento, etc. dos diversos grupos populacionais a que se destinam.

Relacionados ou decorrentes dos programas acima sugeridos outros programas ou subprogramas podem ser desenvolvidos:

1. Programa de expansão, melhoria e adequação de ambientes físicos para o desenvolvimento de atividades educacionais no meio rural. As ações a serem desenvolvidas neste programa podem estar orientadas para:
 - . a localização apropriada e concentrada dos ambientes físicos de forma a atender, sempre que possível, a múltiplas atividades educacionais de caráter formal ou não formal e aos diversos grupos populacionais.

Assim sendo, o Programa teria como fundamentos as "cartas escolares" das áreas rurais e com elas a nuclearização escolar. No programa seriam considerados os níveis e modalidades de ensino que possam garantir um atendimento amplo à população e um relacionamento apropriado entre diversos conteúdos.

Inicialmente pode-se observar que um programa desta natureza envolveria algumas das ações promovidas atualmente pelo MEC, como: PROMUNICLPIO, Operação-Escola, Colégios Agrícolas, entre outras.

2. Programas de apoio ao pessoal docente e técnico envolvido em programas educacionais, (educação formal e não formal) no meio rural. Este apoio pode ser prestado através da supervisão escolar, de cursos, seminários, reuniões, visitas, material de ensino - aprendizagem (livros, cadernos, mapas, giz, etc).

Estes programas devem buscar atender a todos os professores, distribuindo as ações de apoio e não as con-

centrando em um numero reduzido de escolas ou beneficiando apenas parcela do pessoal docente e técnico.

Os núcleos ou órgãos regionais devem ser estruturas de apoio a programas desta natureza.

Estes programas não devem se identificar com programas de formação e aperfeiçoamento do magistério atualmente existentes, uma vez que exigem o desenvolvimento de outras ações, muitas vezes executadas e coordenadas por outros órgãos.

3. Programas de elaboração, impressão ou fabricação e distribuição de material de ensino-aprendizagem tais como livros ou folhetos para alunos e professores, cadernos, lápis, giz, quadro-negro, mapas, reguas, etc.

Programas desta natureza envolveriam algumas ações promovidas atualmente pelo MEC, como: Programa Nacional do Livro e Produção e Distribuição de Material Didático e Escolar.

4. Programas de elaboração e avaliação de currículos e dos conteúdos programáticos específicos para o meio rural. A identificação dos conteúdos deverá contar com a participação da comunidade, como forma de atender as suas aspirações e necessidades.

Já há experiências curriculares específicas para o meio rural, coordenadas por algumas Secretarias de Educação, com êxito.

A elaboração e avaliação de currículos deverá considerar a existência de tais experiências.

5. Programas de assistência alimentar ao educando no meio rural (criança, jovem e adulto) como forma de dar condições físicas suficientes para maior aproveitamento escolar. Estes programas devem encontrar uma forma de envolver as mães dos alunos a fim de que a adequada preparação de alimentos não seja uma atividade apenas merendeira.

6. Programas através do radio e televisão, como forma de atingir a população meta que se encontra dispersa e como forma de motivação para o ensino.

O radio e televisão podem ser utilizados em programas de educação formal como não formal, para treinamento de professores, para programas informativos, etc.

V - RECOMENDAÇÕES

A forma como são apresentadas as Recomendações neste capítulo, deve-se - constatação da necessidade do serviço educacional funcionar de forma integral e integrada as áreas rurais.

Os estudos, contatos e atividades desenvolvidas até o momento, permitiram estabelecer uma abordagem global ou marco teórico, sintetizado em oito itens capazes de fornecer as referências "macro" ao processo educacional nas áreas rurais.

Dessas oito recomendações fundamentais ou marcos teóricos são deduzidas as sugestões de caráter geral e de caráter específico, que foram elaboradas em função dos componentes do sistema educacional, que são:

- | | | |
|-------------------------|-----------------------|---|
| A - EDUCAÇÃO | B - CURRÍCULO | |
| C - DOCENTES E TÉCNICOS | D - MATERIAL DE APOIO | |
| E - PLANEJAMENTO | F - ORGANIZAÇÃO | E |
| ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO | G - REDE FÍSICA | |

Estes componentes, relacionados entre si e relacionados a cada recomendação fundamental são interdependentes e podem nortear a atuação dos Órgãos e Departamentos do MEC, no sentido de favorecer a condução integrada do processo educacional.

Desta forma, pretende-se responder e garantir a concretização de cada pressuposto teórico e, em consequência, da abordagem global sugerida para a educação nas áreas rurais.

RECOMENDAÇÃO FUNDAMENTAL

educação para o meio rural deve ocorrer em função da realidade sócio-econômica de cada grupo populacional. Isto significa que deve garantir tanto uma formação geral como de capacitação para o trabalho e de participação na vida comunitária, de forma a garantir um desenvolvimento integral dos indivíduos das áreas rurais.

AÇÕES DE CARÁTER GERAL

A. EDUCANDO

I.A.1 - Conhecer a realidade sócio-econômica e cultural do meio rural, a nível regional, sub-regional, estadual micro-regional, municipal, etc. (de acordo com os níveis de decisão) e a situação dos diversos grupos populacionais dentro dessa realidade.

I.A.2 - Determinar, para os diversos grupos populacionais (crianças, jovens e adultos) objetivos educacionais a serem alcançados e o nível de conhecimento já adquirido pelos mesmos grupos, como forma de dimensionar o conteúdo e organização curricular dos programas educacionais (perfil de entrada e saída)

SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS

I.A.1.1. Desenvolver e testar metodologias a nível macro e micro para a análise sócio-econômica e cultural das áreas rurais.

I.A.1.2. Desenvolver um programa de pesquisa sócio-educacional que permita identificar características relevantes dos diversos grupos populacionais, problemas ou situações que interfiram no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e no funcionamento do sistema de ensino, suas causas e possíveis soluções.

I.A.2.1. Desenvolver e testar instrumentos que possibilitem identificar o nível de conhecimento e percepção dos diversos grupos populacionais, em função de programas a serem desenvolvidos.

I.A.2.2. Desenvolver um programa de pesquisa sócio-educacional (pesquisa experimental) que atenda aos diversos grupos populacionais.

AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>B - CURRÍCULO</p> <p>I.B.1. Estimular a participação das Universidades nas atividades relacionadas à elaboração, implementação, avaliação e reformulação de currículos, tais como estudos, pesquisas, metodologias de avaliação, treinamentos e aperfeiçoamento, etc.</p> <p>I.B.2. Utilizar a flexibilidade da legislação de ensino para adequar permanentemente os conteúdos e programas educacionais às constantes mudanças sócio-econômicas e culturais.</p>	<p>I.B.1.1. Realizar um levantamento sobre as pesquisas e este dos relacionados a currículos, desenvolvidos ou em realização por Universidades ou Instituições de Ensino Superior, para efeito de divulgação e análise junto as equipes estaduais de currículo.</p> <p>I.B.1.2. Identificar Instituições de Ensino Superior ou Grupo de Pesquisa que tenham condições e interesse em desenvolver pesquisas ou atividades que apoiem as Secretarias Estaduais na elaboração, implementação avaliação ou reformulação de conteúdos curriculares ou programas e proporcionar apoio técnico e financeiro a estas Instituições ou Grupos.</p> <p>I.B.1.3. Estimular as equipes estaduais de currículo a buscar o apoio das Universidades ou Estabelecimentos de Ensino Superior para levantamentos, desenvolvimento de metodologias, análises e experiências relacionadas a currículo.</p> <p>I.B.1.4. Estimular as Universidades, através do CRUTAC ou outros mecanismos, a promover estágios ou atividades no meio rural de forma a proporcionar aos futuros profissionais uma visão integrada dos problemas e perspectivas do meio rural.</p> <p>I.B.2.1. Instrumentalizar (através de documentos, manuais, cursos, etc) os grupos técnicos das Secretarias Estaduais de Educação (currículo, recursos humanos, etc) e o pessoal técnico e docente das escolas, em seus respectivos níveis, para que possam promover a melhoria e adequação dos currículos.</p>

AÇÕES DE CARÁTER GERAL

SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS

I.B.3. Integrar os programas e, conseqüentemente, os conteúdos curriculares oferecidos pelas diversas instituições (federais, estaduais, municipais) de forma a oferecer aos diversos grupos populacionais os conhecimentos integrados, adequados e operacionais.

C - PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

I.C.1. Oferecer ao magistério do meio rural, melhores condições de trabalho, através de melhoria salarial, de estímulo à atividade docente, de segurança funcional (critérios de acesso e promoção), de extensão ou ampliação de suas atividades.

D - MATERIAL DE APOIO

I.D.1. Proporcionar aos programas educacionais destinados aos diversos grupos populacionais, o material de apoio necessário ao desenvolvimento das atividades docentes.

E - PLANEJAMENTO

I.E.1. Promover o aperfeiçoamento do processo de planejamento nas Secretarias de Educação de forma que a programação para o meio rural se fundamente no conhecimento da situação sócio-econômica e educacional do meio rural e nas necessidades e prioridades dos diferentes grupos populacionais conforme o es- . tágio de desenvolvimento do setor agropecuário.

I.B.3.1. Identificar órgãos da administração pública federal regional, estadual, municipal, local e instituições privadas que desenvolvem programas de formação e capacitação de pessoal no meio rural, a fim de se promover, através de órgãos do MEC e dos Estados, uma articulação e entrosamento entre os diversos programas e seus respectivos conteúdos.

I.C.1.1. Analisar os Estatutos do Magistério elaborados pelas Secretarias Estaduais de Educação no sentido de identificar a situação do professor no meio rural nestes estatutos, divulgar e sugerir, quando possível, a introdução de normas ou mecanismos que venham a valorizar a atividade docente no meio-rural.

I.D.1.1. Identificar, para o ensino de 1º grau e demais níveis ou modalidades, o material de apoio mínimo necessário ao desenvolvimento das atividades docentes, de acordo com as características das escolas na área e com os currículos adotados ou a serem adotados.

I.E.1.1. Coordenar as atividades de assistência técnica prestada pelos órgãos do MEC aos sistemas estaduais de ensino de forma que as equipes de planejamento esta duas sejam orientadas na elaboração de instrumentos na análise da situação sócio-econômica do meio rural-, na análise das potencialidades e expectativas dos grupos populacionais, etc.

I.E.1.2. Identificar, nas Secretarias Estaduais de Educação, instrumentos, estudos e métodos utilizados no planejamento da educação nas áreas rurais as análises de conteúdo que foram possíveis e qual o intercâmbio deste material com outras equipes.

SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS	AÇÕES DE CARÁTER GERAL
<p>I.F.1.1. Identificar e analisar os programas educacionais , regulares e não formais, em desenvolvimento nas di ferentes áreas rurais e observar o impacto atual , complementariedade e articulação entre eles.</p> <p>I.F.1.2. Definir instrumentos que possibilitem a identificação das necessidades e prioridades educacionais dos diferentes grupos populacionais como meio para definir a organização do ensino e adequar os procedimentos necessários à sua administração.</p> <p>I.G.1.1. Promover, nas Secretarias Estaduais de Educação e Prefeituras Municipais, a elaboração de "cartas escolares" simples e operacionais que possibilitem a melhor localização e distribuição da rede física.</p> <p>I.G.1.2. Sistematizar o intercâmbio de informações entre as Secretarias Estaduais de Educação e demais Secretarias (Saúde, Trabalho, Agricultura)no campo da programação de espaços educativos para o meio rural com vistas à utilização de outros espaços para a promoção de programas educacionais e culturais da população.</p> <p>I.G.2.1. Identificar as condições da rede física atual e pro videnciar sua melhoria de acordo com os programas existentes, população a ser atendida, localização , etc.</p>	<p>F - ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO</p> <p>I.F.1. Configurar a estrutura da educação no meio rural, na qual se leve em conta as condições geoecológicas, as possibilidades do meio e as aspirações dos diferen -tes grupos populacionais a fim de assegurar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a complementariedade e apoio entre os diferentes conteúdos educacionais; - o reconhecimento pela escola dos conteúdos a que os grupos populacionais terão acesso em diferentes momentos e através de diferentes meios. <p>G - REDE FÍSICA</p> <p>I.G.1. Atualizar os levantamentos da rede escolar existente no meio rural e identificar os demais espaços que potencialmente possam ser utilizados para a promoção de programas e atividades educacionais.</p> <p>I.G.2. Garantir à rede física existente, as condições mínimas necessárias para o bom desempenho dos programas em desenvolvimento.</p>

AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>I.G.3.. Considerar, nos critérios de localização de espaços educativos, os aspectos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> . dispersão da população no meio rural; . tamanho dos grupos populacionais a serem atendidos; . características geográficas; . conteúdos e requerimentos dos programas educativos; . materiais disponíveis para o desenvolvimento dos programas educacionais; <p>I.G.4. Garantir, nas especificações sobre construções de espaços educativos no meio rural, elementos que garantam sua adequação às características físicas das construções existentes no meio rural.</p>	<p>I.G.3.1. Caracterizar as diversas áreas rurais e elaborar I.G.4.1 critérios sobre localização e construção de espa-II.G.1.1 ços educativos que considere: a distribuição da IV.G.1.1 população nas áreas rurais, as características geográficas, as disponibilidades de material para construção, os tipos de atividades educacionais a serem desenvolvidas, tipos de construções existentes e as características da população das diversas áreas rurais.</p>

RECOMENDAÇÃO FUNDAMENTAL

II. A programação do conteúdo educacional para as diferentes dimensões que deve assumir no meio rural, precisa ocorrer de forma simultânea com a dos demais setores da atividade econômica e social. Assim, os conteúdos dos diferentes programas educacionais estarão inseridos num processo de transformação permanente, no qual a educação eleva seu nível qualitativo e proporciona respostas mais adequadas aos requerimentos da população, conjunta, mente com os de outros setores.

AÇÕES DE CARÁTER GERAL

A - EDUCANDO

II.A.1. Analisar a participação dos indivíduos nas atividades produtivas, de forma a estabelecer, periódica -mente, a necessidade de se introduzir modificações nos conteúdos curriculares.

B - CURRÍCULO

II.B.1. Garantir, nos grupos responsáveis pela elaboração de currículos para o meio rural, a visão antecipada do processo de transformação prevista para os demais setores e a análise da repercussão das ações que venham a ser por eles programadas, de forma a dimensionar o impacto sócio-econômico nos diferentes grupos populacionais que necessariamente se traduzem em novos comportamentos a serem assumidos pelo conteúdo curricular.

II.B.2. Programar os conteúdos curriculares de forma a instrumentalizar os diferentes grupos populacionais, numa perspectiva de médio e longo prazos, garantindo uma formação específica segundo as necessidades emergentes e as prioridades de cada área rural.

SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS

II.A.1.1. Desenvolver instrumentos que facilitem o levantamento das características das ocupações e habilidades necessárias à mão-de-obra nas atividades econômicas do meio rural.

II.A.1.2. Identificar instituições, órgãos e mesmo Unidades de Produção que possam fornecer, com certa periodicidade, informações que possibilitem a adequação permanente de conteúdos curriculares nas áreas rurais.

II.B.1.1. Identificar como ocorrem as relações de produção no meio rural (o que se produz, destino de produção, relação da população com a produção, distribuição da renda, comércio, etc) e o que os demais setores planejam a curto, médio e longo prazos para as diversas áreas rurais.

II.B.2.1. Definir os conteúdos da formação especial de 19 graus de forma a: . capacitar para o desempenho de funções específicas

ou polivalentes. . . fomentar a criatividade profissional .
considerar os conhecimentos já adquiridos pela co-

AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>C - PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO</p> <p>II.C1. Criar ou dinamizar mecanismos e programas que visem proporcionar, paralelamente ao desempenho das funções docentes, atualização de conhecimentos para a elevação do nível qualitativo dos agentes educacionais, dando ênfase especial ao pessoal leigo e se-mi-qualificado.</p> <p>II.C2. Estimular os agentes educacionais para que se agrupem em associações ou outras formas de organização, como meio de garantir o intercâmbio permanente de experiências e conhecimentos, tanto entre os indivíduos como entre as associações e setores.</p> <p>D - MATERIAL DE APOIO</p> <p>II.D. 1. Proporcionar aos programas educacionais destinados aos diversos grupos populacionais, o material de apoio necessário ao desenvolvimento das atividades docentes (conforme explicitado no item I.D.1).</p>	<p>II.C.1.1. Incentivar os Colégios Agrícolas, através da COAGRI e Escolas de Agronomia, a participarem de programas de aperfeiçoamento e atualização dos professores nas orcas rurais, principalmente daqueles responsáveis por programas que visem a iniciação ao trabalho ou terminalidade real a nível de 19 grau.</p> <p>II.C.1.2. Elaborar programas de habilitação e atualização que atendam aos agentes educacionais, diretamente, nos locais de trabalho.</p> <p>II.C1.3. Estimular o intercâmbio permanente de experiências, entre as Secretarias de Educação, no que se refere a programas de formação e atualização de professo -res no local de trabalho.</p> <p>II.C.2.1. Apoiar, técnica e/ou financeiramente, as promoções educacionais e culturais das associações ou organizações de pessoal docente e técnico e/ou possíveis -tar a participação de elementos dessas associações em cursos, seminários ou outras atividades desenvolvidas pelo MEC ou Secretarias de Educação.</p> <p>II.D.1.1. Identificar para o ensino de 1º grau e demais níveis e modalidades, de acordo com as características -cas das escolas no meio rural e com os currículos adotados ou a serem adotados, o material de apoio necessário ao desenvolvimento das atividades docentes .</p>

AÇÕES DE CARÁTER GERAL

E - PLANEJAMENTO

II.E.1.1. Aperfeiçoar o sistema de informações estatísticas sobre a educação e cultura, de forma a captar com mais detalhes, informações sobre a educação formal e não formal a fim de possibilitar a elaboração de indicadores sócio-educacionais para aperfeiçoar o planejamento do processo educacional no meio rural.

II.E.2. Reforçar, nos grupos de planejamento das Secretarias de Educação, análise e programação quantitativa do setor educação, juntamente com a análise da programação dos outros setores, de forma a subsidiar os grupos responsáveis pela programação qualitativa.

SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS

II.E.1.1. Definir os indicadores educacionais e culturais ne cessários à percepção da realidade educacional e cultural da área rural e as informações estatísticas necessárias para a composição dos indicadores.

II.E.1.2. Levantar, nas Unidades da Federação, com a colaboração dos órgãos federais, estaduais e regionais responsáveis pelos setores econômicos e sociais, os principais problemas das áreas rurais, por sub-regiões, municípios, etc. e grupos populacionais mais significativos.

II.E.1.3. Identificar os sistemas de informação existentes em outros setores (Agricultura, Saúde, Trabalho, etc.) para a captação de informações de interesse para a elaboração de programas educacionais para os diversos grupos populacionais.

II.E.1.4. Desenvolver esforços no sentido de elaborar uma linha guagem estatística apropriada ao meio rural, para facilitar o planejamento da educação a nível local estadual, regional e federal.

II.E.1.5. Divulgar, nas Unidades da Federação, os trabalhos sobre indicadores sociais que vem sendo desenvolvidos pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

II.E.2.1. Proporcionar uma metodologia de análise global aos aos grupos de planejamento educacional das Unidades da Federação, de forma que possam distinguir as relações e interrelações entre a educação e os demais setores no meio rural.

II.E.2.2. Promover programas de aperfeiçoamento e atualização dos técnicos vinculados ao planejamento educacional nas Secretarias de Educação, nos aspectos de análise e programação quantitativa.

SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECIFICAS	AÇÕES DE CARÁTER GERAL
<p>II.F.1.1. Analisar o sistema de supervisão existente, sua penetração no meio rural, os problemas para seu efetivo funcionamento, o desempenho dos supervisores, para que se possa redefinir, dinamizar e/ ou criar um sistema de supervisão que atenda o meio rural.</p> <p>II.G.1.1. Caracterizar as diversas áreas rurais e elaborar especificações sobre construções de espaços educativos que considere: as características geográficas, as disponibilidades de material, os tipos de atividades educacionais a serem desenvolvidas, tipos de construções existentes e as características da população dessas diversas áreas rurais.</p>	<p>F - ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO</p> <p>II.F.1. Estruturar o sistema de supervisão ao processo educacional no meio rural, de forma a que o supervisor se comporte como intermediário entre a Secretaria de Educação e a realidade educacional no meio rural</p> <p>G - REDE FÍSICA</p> <p>II.G.1. Considerar, nas especificações e estudos sobre construções de ambientes educativos no meio rural, a possibilidade de utilização desses ambientes para fins culturais e outras atividades da comunidade</p>

RECOMENDAÇÃO FUNDAMENTAL

O processo educacional, em suas diferentes dimensões, deve estruturar-se com grande flexibilidade para garantir a utilização de todos os recursos, formas e meios que melhor respondam as características ambientais e demográficas da área rural. Equivale dizer que a educação regular e não formal podem desenvolver-se de forma coordenada através dos mesmos canais.

AÇÕES DE CARÁTER GERAL

A - EDUCANDO

III.A.1. Identificar os valores, atitudes e comportamento dos diversos grupos populacionais no meio rural, como elementos básicos para a organização de programas educacionais, de currículos, de material de leitura e de métodos de ensino.

B - CURRÍCULO

III.B.1. Garantir que nos trabalhos de definição dos conteúdos curriculares, o universo cultural da população do meio rural ocupe lugar destacado entre os elementos que fundamentam esta atividade.

SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS

III.A.1.1. Promover estudos e pesquisas, que visem ao conhecimento dos valores, atitudes, comportamentos e características próprias dos grupos populacionais do meio rural.

III.A.1.2. Utilizar os programas de extensão universitária para o estudo das condições sócio-culturais da população no meio rural.

III.A.1.3. Implantar programas de extensão escolar nos Colégios Agrícolas como forma de integração da escola com a comunidade (estágios, orientação a agricultores, professores, etc) como, também, de análise da situação sócio-cultural do município, micro-região, etc.

III.B.1.1. Promover estudos que visem o conhecimento do universo cultural e vocabular da população das diferentes áreas rurais.

III.B.1.2. Estimular, nos grupos de pesquisa educacional, o estudo da função pedagógica dos recursos ambientais disponíveis no meio rural nos diferentes programas educacionais.

AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>C - PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO</p> <p>III.C1. Introduzir, nos programas de formação e aperfeiçoamento do pessoal docente e técnico, elementos que despertem, orientem e impulsionem a capacidade de análise de problemas e situações educacionais e a interrelação existente com outras áreas da atividade econômica e social.</p> <p>D - MATERIAL DE APOIO</p> <p>III.D.1. Orientar os docentes no meio rural, através de publicações, supervisão, cursos, etc, na complementação do material de apoio básico com materiais disponíveis no meio em que a escola está inserida, de acordo com os objetivos dos programas e dos grupos populacionais aos quais os programas se destinam.</p> <p>III.D.2. Assegurar que o material de apoio existente ou a ser oferecido aos estabelecimentos de ensino no meio rural, possam ser utilizados em outros estabelecimentos ou nos diversos programas para os diversos grupos populacionais.</p> <p>E - PLANEJAMENTO</p> <p>III.E.1. Captar as formas de comunicação predominantes entre indivíduos ou grupos populacionais, para introduzi-las e utilizá-las no processo educacional no meio rural.</p>	<p>III.C.1.1. Identificar os programas de habilitação ou aperfeiçoamento de magistério leigo existentes, analisá-los, avaliá-los no que se refere à sua efetividade e metodologias utilizadas, apoiá-los tecnicamente e financeiramente, se necessário, e introduzir modificações nos currículos que levem os professores a um conhecimento da situação sócio-econômica no meio rural.</p> <p>III.D.1.1. Orientar o pessoal técnico e principalmente o pessoal docente que atua em programas de educação não formal, através de cursos, publicações, etc, sobre formas de identificar o material de apoio necessário, de acordo com os valores e percepção dos diferentes grupos populacionais.</p> <p>III.D.2.1. Orientar o professor do meio rural, através de sua supervisão e orientação, a identificar o material de apoio necessário a sua atividade docente e identificar na comunidade (sindicatos, oficinas, fazendas, etc.) o material existente que possa ser cedido ou emprestado para utilização no processo de ensino.</p> <p>III.E.1.1. Desenvolver estudos e pesquisas para identificar formas e meios de comunicação (rádio, literatura de cordel, etc.) utilizados predominantemente entre indivíduos e grupos na área rural, como subsídios para planejamento de currículos, programas, etc.</p>

AÇÕES DE CARÁTER GERAL

F - ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO

III.F.1. Identificar formas ou mecanismos utilizados, ou que possam vir a ser utilizados, para a transmissão de conteúdos educacionais de educação regular ou não formal e os mecanismos e instrumentos de avaliação e controle deste processo.

G - REDE FÍSICA

III.G.1. Garantir, na construção dos espaços educativos, a utilização dos recursos disponíveis no meio rural.

SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS

III.F. 1.1. Analisar os programas educacionais, de educação regular ou não formal, que se utilizam de novas técnicas e instrumentos, para definir a viabilidade de utilização dessas técnicas e instrumentos para a educação nas áreas rurais.

III.G.1.1. Caracterizar as diversas áreas rurais e elaborar especificações sobre construção de espaços educacionais que considere: as características geográficas, as disponibilidades de material, os tipos de atividades educacionais a serem desenvolvidas, tipos de construção existentes, as características das populações dessas diversas áreas rurais (conforme o item I.G.3.).

RECOMENDAÇÃO FUNDAMENTAL

IV. O sistema educacional deve contar com os mecanismos necessários para possibilitar a adaptação sócio-econômica da população flutuante nas diferentes áreas (rural, urbana e periférica). Isto significa que, para que esta população possa incorporar-se efetiva e produtivamente nas diferentes áreas, deverá receber uma preparação específica em função das características e oportunidades sócio-econômicas das áreas para a qual migra.

AÇÕES DE CARÁTER GERAL

A - EDUCANDO

IV.A.1. Conhecer e avaliar os conhecimentos, habilidades, aptidões e expectativas dos diferentes grupos populacionais que migram de áreas rurais para outras áreas.

B - CURRÍCULO

IV.B.1. Programar os conteúdos curriculares para a população migrante, em estreita articulação com órgãos dos setores econômicos e sociais (saúde, agricultura, trabalho, etc.) de forma a considerar:

- . o atendimento à demanda ou necessidades específicas do mercado de trabalho. . a situação sócio-econômica.
- . as atividades profissionais que a população migrante exercia nas áreas de origem.

SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS

IV.A.1.1. Incentivar o intercâmbio de informações entre os órgãos educacionais e órgãos estaduais, regionais ou federais que detêm informações sobre emprego, mão-de-obra, migrações, etc. e a análise conjunta destes dados.

IV.A.1.2. Promover uma coordenação das ações a serem desenvolvidas pelo MEC, ou Secretarias Estaduais de Educação no meio rural com a participação do SENAR, PIPMO, EMBRATER, etc.

IV.B.1.1. Utilizar os levantamentos e estudos feitos pelo Ministério do Trabalho em termos de Classificação Nacional de Ocupações, de forma a identificar opções e possibilitar a análise sobre as necessidades do mercado de trabalho nas áreas rurais e periféricas.

AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>C - PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO</p> <p>IV.C1. Definir critérios e mecanismos que facilitem o deslocamento, contratação ou indicação de pessoal docente para atender a população migrante, segundo as necessidades próprias desta população.</p> <p>D - MATERIAL DE APOIO</p> <p>IV.D. 1. Preparar material de apoio básico que possa ser des; locado para outras áreas que recebem a população mi grante para apoiar os programas educacionais destinados a essa população.</p> <p>E - PLANEJAMENTO</p> <p>IV.E.1. Dimensionar os trabalhos de análise no processo de planejamento, de forma a manter um conhecimento atualizado dos seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> . identificação de novas áreas a serem incorpora das ao processo produtivo no meio rural. . perspectivas de mudança das culturas do setor agrícola. . políticas sobre a estrutura fundiária e utilização dos solos. . requerimentos e perspectivas de utilização de mão-de-obra nos setores secundário e terciário. 	<p>IV.C.1.1. Analisar as informações disponíveis no Ministério do Interior e IBGE sobre as migrações, a fim de identificar as características destas(intensidade, localização, periodicidade, etc), o nível educacional da população migrante e assim equacionar os programas educacionais, a disponibilidade de espaços educativos e recrutamento de professores.</p> <p>IV.D.1.1. Identificar áreas onde o fenômeno migratório se ve rifica e estudar como a pressão sobre o sistema educacional tem sido equacionada pelas Prefeituras ou Secretarias de Educação, no que se refere ao ma terial de apoio utilizado nestas circunstâncias.</p> <p>IV.E.1.1. Garantir, nos grupos responsáveis pelas análises que fundamentam o planejamento educacional nas Se-cretarias de Educação, a interdisciplinariedade pa ra o conhecimento da área rural.</p>

AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>F - ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO</p> <p>IV.F.1. Introduzir, na organização e administração do processo educacional, critérios, normas e mecanismos, que permitam a compatibilização dos programas educacionais com as condições em que se encontra a população migrante.</p>	<p>IV.F.1.1. Analisar a organização do trabalho existente no meio rural (distribuição de trabalho, período de trabalho, responsabilidades, etc.) a partir do contato com alunos e famílias, a fim de organizar mais adequadamente as atividades educacionais (currículos, atividades extra-classe, horários, etc.) ..</p>

RECOMENDAÇÃO FUNDAMENTAL

A experimentação e inovação educacionais devem constituir parte central no planejamento do sistema como meio de garantir uma renovação constante nos conteúdos curriculares e uma expansão coerente e progressiva do serviço educacional no meio rural. Isto é, a elaboração dos programas deve basear-se na experiência e inovações vividas pelos agentes educacionais locais e os avanços tecnológicos, com elementos que garantam progressivamente um melhor e maior atendimento da população do meio rural e ao mesmo tempo, uma estreita vinculação com as mudanças introduzidas nos outros setores.

AÇÕES DE CARÁTER GERAL

A - EDUCANDO

V.A.1. Avaliar os resultados que os diversos grupos populacionais vêm obtendo com os programas educacionais, como critério para a expansão de experiências e inovações educacionais.

B - CURRÍCULO

V.B.1. Vincular as atividades de atualização e definição de novos currículos ao processo de experimentação e inovação, como meio de garantir sua plena correspondência às necessidades do meio rural.

C - DOCENTES E TÉCNICOS

V.C.1. Identificar experiências educacionais inovadoras, seja no que se refere a metodologias, novas técnicas de ensino, novos materiais, tecnologias, etc., analisá-las, avaliá-las e apoiá-las, técnica e financeiramente, se for solicitado e viável.

SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS

V.A.1.1. Identificar e apoiar, se necessário, as experiências educacionais inovadoras no meio rural.

V.B.1.1. Estabelecer contato com os grupos responsáveis por experiências e inovações no meio rural e, se solicitado, apoiá-los para que tenham o suporte necessário na sua condução e promover a divulgação das experiências entre as Secretarias Estaduais de Educação, os técnicos e professores.

V.C.1.1. Atribuir, às equipes de currículos das Secretarias Estaduais de Educação, o papel de identificar, analisar e avaliar experiências educacionais inovadoras para subsidiar e fortalecer a qualidade do pessoal docente.

SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS	AÇÕES DE CARÁTER GERAL
<p>V.D.1.1. Identificar experiências sobre renovação ou inovação, não no que se refere a material de apoio em escolas do meio rural analisá-las e, se necessário, divulgá-las.</p> <p>V.E.1.1. Identificar métodos e técnicas inovadoras na área do planejamento que vêm sendo utilizadas ou que possam ser utilizadas ou testadas pelas, equipes de planejamento das Secretarias de Educação.</p> <p>V.E.1.2. Desenvolver mecanismos, instrumentos e métodos de avaliação dos resultados dos programas educacionais no meio rural, como forma de redefinir objetivamente os programas.</p> <p>V.F.1.1. Elaborar documentos simples sobre organização e administração escolar para orientar os professores das áreas rurais.</p> <p>V.F.1.2. Identificar experiências inovadoras na área de organização e administração do ensino, analisá-las, apoiá-las e divulgá-las quando for o caso.</p>	<p>D - MATERIAL DE APOIO</p> <p>V.D.1. Acompanhar, através de atenta observação ou pesquisa, os resultados decorrentes da introdução de novos materiais de apoio e verificar a possibilidade de expansão da utilização desses materiais.</p> <p>E - PLANEJAMENTO</p> <p>V.E.1. Introduzir, no processo de planejamento, a experimentação como forma de garantir a constante adequação do sistema educacional às necessidades da população rural.</p> <p>F - ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO</p> <p>V.F.1. Garantir e incentivar a experimentação e inovação nos métodos e sistemas de organização e administração do ensino como forma de facilitar a adequação a novas situações.</p>

RECOMENDAÇÃO FUNDAMENTAL

A participação no processo educacional das associações de base, das famílias e do pessoal técnico que atua em todos os setores da atividade econômica e social, constitui a garantia de uma penetração efetiva da educação no meio rural. Isto exige que o planejamento educacional tenha como ponto de partida o nível educativo e cultural da própria população que atua no meio rural e, ao mesmo tempo, constitua o centro do desenvolvimento de processo educacional.

AÇÕES DE CARÁTER GERAL

- A - EDUCANDO
 - VI.A.1. Estimular a participação da população do meio rural para contribuir com os recursos de que dispõe para a realização e manutenção de programas educacionais.
- B - CURRÍCULO
 - VI.B.1. Incorporar ao processo de definição, elaboração e avaliação dos resultados dos programas curriculares, a consulta às associações de base existentes no meio rural.
- C - PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO
 - VI.C.1. Garantir a participação de associações ou organizações que congregam o pessoal docente e técnico em programas de aperfeiçoamento, atualização ou outras atividades desenvolvidas em seu benefício.
- D - MATERIAL DE APOIO
 - VI.D.1. Facilitar o material didático disponível na rede educacional para as associações de base, como meio de promover a elevação do nível educacional e cultural de seus associados e o maior intercâmbio de experiência e conhecimento entre elas.

SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS

- VI.A.1.1. Promover a criação de cooperativas entre os educandos, assistidas pelos agentes educacionais e consideradas como parte integrante do processo de formação, buscando-se também, o envolvimento com outros grupos da população.
- VI.B.1.1. Identificar associações de base que atuam no meio rural para requerer seu envolvimento em atividades de elaboração e avaliação de currículos.
- VI.C.1.1. Identificar associações ou organizações existentes para iniciar contato com as mesmas a fim de se identificar formas de cooperação e ações conjuntas possíveis e coletar subsídios para programas que venham a beneficiar o pessoal docente e técnico.

ACÇÕES DE CARÁTER GERAL

E - PLANEJAMENTO

VI.E.1. Definir um processo de intercâmbio periódico de informações e análises estatísticas entre os grupos responsáveis pelo planejamento educacional nas Secretarias Estaduais de Educação e as associações de base no meio rural.

F - ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO

VI.F.1. Definir um sistema de avaliação de programas e projetos educacionais pelas famílias, associações de base, etc.

G - REDE FÍSICA

VI.G.1. Estimular a utilização dos espaços educativos disponíveis na rede educacional e nas associações de base, para os trabalhos de promoção e elevação do nível educacional e cultural da população do meio rural.

SUGESTÕES DE ACÇÕES ESPECÍFICAS

VI.E.1.1. Desenvolver formas e mecanismos de comunicação entre as associações de base e a comunidade rural com as equipes responsáveis pelo planejamento educacional, com a finalidade de captar informações sobre as necessidades educacionais e expectativas dos grupos populacionais.

VI.F.1.1. Definir mecanismos e instrumentos para a avaliação de programas e projetos e a forma de envolver os agentes educacionais, famílias e associações de base nesse processo.

RECOMENDAÇÃO FUNDAMENTAL

A ação docente, a orientação e supervisão educacionais deverão assumir o papel de agentes de mudança na implementação das novas funções definidas para a educação no meio rural. Isto significa que estas atividades são as mais diretamente responsáveis pela viabilização da nova concepção e dinâmica que se espera introduzir no meio rural.

AÇÕES DE CARÁTER GERAL

B - CURRÍCULO

VII.B.1. Estruturar o currículo de forma a facilitar a interação entre as diferentes áreas do conhecimento e garantir a orientação e supervisão global na implementação do mesmo.

C - PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

VII.C1. Assegurar ao pessoal docente no meio rural, orientação e supervisão, seja através de contatos diretos entre supervisores e professores, seja através de publicações, manuais, cursos, etc.

D - PLANEJAMENTO

VII.D.1. Considerar os orientadores e supervisores como elementos de ligação entre a realidade rural e administração educacional a nível estadual, onde se elaboram e avaliam as diretrizes e programas educacionais.

SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS

VII.B.1.1. Estimular o intercâmbio das experiências de programação curricular entre os diversos grupos que atuam neste campo, como também entre o pessoal docente e de pesquisa das Universidades.

VII.C. 1.1. Avaliar o sistema atual da orientação e supervisão no meio rural, sua intensidade, seus resultados, seus mecanismos e propor novos mecanismos e instrumentos para melhoria da supervisão.

VII.D.1.1. Dinamizar os sistemas de supervisão de forma a garantir que as informações obtidas pelos supervisores, em seu contato com a realidade educacional no meio rural, sejam utilizadas no planejamento de ações para o meio rural.

RECOMENDAÇÃO FUNDAMENTAL

No campo do financiamento da educação no meio rural a concentração dos recursos em programas amplos que possam assegurar a presença oportuna (em termos de tempo, espaço, qualidade e quantidade) dos componentes vinculados ao processo educacional, constitui a base estrutural da programação financeira para o meio rural. Equivale dizer que, a pulverização dos recursos em uma grande variedade de projetos desarticulados leva ao crescimento desordenado do sistema educacional e a maiores custos. No entanto, uma ação concentrada dos diferentes órgãos permite um atendimento mais amplo e adequado às populações das áreas rurais.

AÇÕES DE CARÁTER GERAL

A - EDUCANDO
VIII.A.1. Proporcionar aos diversos grupos populacionais, na medida do possível, as condições mínimas necessárias para que possam acompanhar os programas educacionais e obter bom desempenho.
B - CURRÍCULO
VIII.B.1. Assegurar a introdução, nos currículos para a área rural, de atividades de iniciação ao trabalho de forma a proporcionar aos alunos conhecimentos que lhes permitam exercer atividades específicas/propostivas (terminalidade real).
C - PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO
VIII.C.1. Ampliar as funções do professor no meio rural de modo a possibilitar uma participação mais ativa em programas não formais de ensino, em atividades comunitárias, em campanhas, etc.

SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS

VIII.A.1.1. Desenvolver, incentivar e dinamizar programas ou atividades que venham a melhorar as condições de saúde e nutrição dos grupos populacionais no meio rural.
VIII.B.1.1. Identificar experiências de iniciação para o traçado no meio rural (terminalidade real) analisá-las, orientá-las, apoiá-las e se solicitado divulgar seus resultados.
VIII.C.1.1. Identificar programas educacionais que atinjam o meio rural e que estejam sob coordenação de outros órgãos federais, estaduais, regionais ou municipais, a fim de se estudar a possibilidade de ampliar as funções do professor pela sua participação em vários programas.

AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>D - PLANEJAMENTO</p> <p>VIII.D.1. Concentrar, de acordo com as prioridades estabelecidas pelas Secretarias Estaduais de Educação os recursos financeiros disponíveis em programas integrados ou que guardam estreita relação entre si, a fim de garantir maior efetividade de na aplicação dos recursos.</p> <p>VIII.D.2. Simplificar, na medida do possível, as normas existentes no setor para alocação e repasse de recursos, de forma a facilitar a integração com os recursos previstos por outros setores para o meio rural.</p> <p>E - REDE FÍSICA</p> <p>VIII.E.1. Estimular a população para que participe do esforço de manutenção dos espaços educacionais disponíveis.</p>	<p>VIII.D.1.1. Dar prioridade na alocação de recursos aos programas integrados (que se concentrem em atender a um grupo populacional ou capazes de envolver diversos grupos populacionais) ou que guardem estreito correlacionamento (construção, material treinamento) e destinar os recursos de forma global a fim de possibilitar maior flexibilidade na utilização dos recursos.</p> <p>VIII.E.1.1. Dar às associações ou grupos mais diretamente ligados à educação, o encargo da manutenção dos espaços educativos.</p>

RECOMENDAÇÕES POR COMPONENTES

Com a intenção de facilitar a visão do que foi sugerido para cada componente dentro do respectivo marco teórico (recomendações fundamentais), são apresentadas a seguir as ações de caráter geral e específico, por componentes - EDUCANDO, CURRÍCULO, DOCENTES e TÉCNICOS, PLANEJAMENTO, etc. - agora agrupados.

O conteúdo, como se pode perceber, permanece o mesmo, tendo sido simplificada a forma para permitir uma visão mais integrada de cada componente do processo educacional.

A - FUNDICANDO

AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>1. Conhecer a realidade sócio-econômica, e cultural do meio rural a nível regional, sub-regional, estadual, micro-regional, municipal, etc. (de acordo com os níveis de decisão) e a situação dos diversos grupos populacionais dentro dessa realidade.</p> <p>2. Determinar, para os diversos grupos populacionais (crianças, jovens e adultos) objetivos educacionais a serem alcançados e o nível de conhecimento já adquirido.</p> <p>do pelos mesmos grupos, como forma de dimensionar o conteúdo e organização curricular dos programas educacionais (perfil de entrada e saída).</p> <p>3. Analisar a participação dos indivíduos nas atividades produtivas, de forma a estabelecer, periodicamente, a necessidade de se introduzir modificações nos conteúdos curriculares.</p>	<p>Desenvolver e</p> <p>1.1. testar metodologias a nível macro e micro para a análise sócio-econômica e cultural das áreas rurais.</p> <p>1.2. Desenvolver um programa de pesquisa sócio-educacional que permita identificar características relevantes dos diversos grupos populacionais, problemas ou situações que interferem no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e no funcionamento do sistema de ensino suas causas e possíveis soluções.</p> <p>2.1. Desenvolver e testar instrumentos que possibilitem identificar o nível de conhecimento e percepção dos diversos grupos populacionais, em função de programas a serem desenvolvidos.</p> <p>2.2. Desenvolver um programa de pesquisa sócio-educacional¹ (pesquisa experimental) que atenda aos diversos grupos populacionais.</p> <p>3.1. Desenvolver instrumentos que facilitem o levantamento das características das ocupações e habilidades necessárias à mão-de-obra nas atividades econômicas do meio rural.</p> <p>3.2. Identificar instituições, órgãos e mesmo Unidades de Produção que possam fornecer, com certa periodicidade, informações que possibilitem a adequação ou atualização de conteúdos curriculares nas áreas rurais e para as áreas rurais.</p>

AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>4. Identificar os valores, atitudes e comportamentos dos diversos grupos populacionais no meio rural, como elementos básicos para a organização de programas educacionais, de currículos, de material de leitura e de métodos de ensino.</p> <p>5. Conhecer e avaliar os conhecimentos, habilidades, aptidões e expectativas dos diferentes grupos populacionais que migram de áreas rurais para outras áreas rurais.</p> <p>6. Avaliar os resultados que os diversos grupos populacionais vêem obtendo com os programas educacionais, como critério para a expansão de experiências e inovações educacionais.</p> <p>7. Estimular a participação da população do meio rural para contribuir com os recursos de que dispõe para a realização e manutenção de programas educacionais</p> <p>8. Proporcionar aos diversos grupos populacionais, na medida do possível, as condições mínimas necessárias, para que possam acompanhar os programas educacionais e obter bom desempenho.</p>	<p>4.1. Promover estudos e pesquisas que visem ao conhecimento dos valores, atitudes, comportamentos e características próprias dos grupos populacionais do meio rural.</p> <p>4.2. Utilizar os programas de extensão universitária para o estudo das condições sócio-culturais da população no meio rural.</p> <p>4.3. Implantar programas de extensão escolar nos Colégios Agrícolas como forma de integração da escola com a comunidade, (estágios, orientação a agricultores, a professores, etc.) como, também, de análise da situação sócio-cultural do município, micro-região, etc.</p> <p>5.1. Incentivar o intercâmbio de informações entre os órgãos educacionais e órgãos estaduais, regionais ou federais que detêm informações sobre emprego, mão-de-obra migrações, etc. e a análise conjunta destes dados.</p> <p>5.2. Promover uma coordenação das ações a serem desenvolvidas pelo MEC, ou Secretarias Estaduais de Educação no meio rural com a participação do SENAR, PIPMO, EM3RATER etc.</p> <p>6.1. Identificar e apoiar, se necessário, as experiências educacionais inovadoras no meio rural.</p> <p>7.1. Promover a criação de cooperativas entre os educandos, assistidas pelos agentes educacionais e consideradas como parte integrante do processo de formação, buscando-se também, o envolvimento com outros grupos da população.</p> <p>8.1. Desenvolver, incentivar e dinamizar programas ou atividades que venham a melhorar as condições de saúde e nutrição dos grupos populacionais no meio rural.</p>

AÇÕES DE CARÁTER GERAL

SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS

1. Estimular a participação das Universidades nas atividades relacionadas à elaboração, implementação, avaliação e reformulação de currículos, tais como estudos, pesquisas, metodologias de avaliação, treinamento e aperfeiçoamento, etc.
2. Utilizar a flexibilidade da legislação de ensino para adequar permanentemente os conteúdos e programas educacionais às constantes mudanças sócio-econômicas e culturais.

- 1.1. Realizar um levantamento sobre as pesquisas e estudos relacionados a currículos, desenvolvidos ou em realização por Universidades ou Instituições de Ensino Superior, para efeito de divulgação e análise junto às equipes estaduais de currículo.
- 1.2. Identificar Instituições de Ensino Superior ou Grupos de pesquisa que tenham condições e interesse em desenvolver pesquisas ou atividades que apoiem as Secretarias Estaduais na elaboração, implementação, avaliação ou reformulação de conteúdos curriculares ou programas e proporcionar apoio técnico e financeiro a estas Instituições ou Grupos.
- 1.3. Estimular as equipes estaduais de currículo a buscar o apoio das Universidades ou Estabelecimentos de Ensino Superior para levantamentos, desenvolvimento de métodos logias, análises e experiências relacionadas a currículo.
- 1.4. Estimular as Universidades, através do CRUTAC ou outros mecanismos, a promover estágios ou atividades no meio rural de forma a proporcionar aos futuros profissionais uma visão integrada dos problemas e perspectivas do meio rural.
- 2.1. Instrumentalizar (através de documentos, manuais, cursos, etc.) os grupos técnicos das Secretarias Estaduais de Educação (currículo, recursos humanos, etc) e o pessoal técnico e docente das escolas, em seus respectivos níveis, para que possam promover a melhoria e adequação dos currículos.

AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>3. Integrar os programas e conseqüentemente, os conteúdos curriculares oferecidos pelas diversas instituições (federais, estaduais, municipais) de forma a oferecer aos diversos grupos populacionais conhecimentos integrais e adequados e operacionais.</p> <p>4. Garantir, nos grupos responsáveis pela elaboração curricular para o meio rural, a visão antecipada do processo de transformação prevista para os demais setores e a análise da repercussão das ações que venham a ser por eles programadas, de forma a dimensionar o impacto sócio-econômico nos diferentes grupos populacionais que necessariamente se traduzem em novos componentes a serem assumidos pelo conteúdo curricular.</p> <p>5. Programar os conteúdos curriculares de forma a instrumentalizar os diferentes grupos populacionais, numa perspectiva de médio e longo prazos, garantindo uma formação específica segundo as necessidades emergentes e as prioridades de cada área rural.</p> <p>6. Garantir que, nos trabalhos de definição dos conteúdos curriculares, o universo cultural da população do meio rural ocupe lugar destacado entre os elementos que fundamentam esta atividade.</p>	<p>3.1. Identificar órgãos da administração pública federal, regional, estadual, municipal e local e instituições privadas que desenvolvem programas de formação e capacitação de pessoal no meio rural, a fim de se promover, através de órgãos do MEC e dos Estados, uma articulação e entrosamento entre os diversos programas e seus respectivos conteúdos.</p> <p>4.1. Identificar como ocorrem as relações de produção no meio rural (o que se produz, destino de produção, relação da população com a produção, distribuição da renda, comércio, etc.) e o que os demais setores planejam a curto, médio e longo prazos para as diversas áreas rurais. ;</p> <p>5.1. Definir os conteúdos da formação especial de 19 graus de forma a:</p> <ul style="list-style-type: none"> . capacitar para o desempenho de funções específicas ou polyvalentes. . fomentar a criatividade profissional . considerar os conhecimentos já adquiridos pela comunidade. <p>6.1. Promover estudos que visem o conhecimento do universo cultural e vocabular da população das diferentes áreas rurais.</p> <p>6.2. Estimular, nos grupos de pesquisa educacional, o estudo da função pedagógica dos recursos ambientais disponíveis - rurais - no meio rural nos diferentes programas educacionais</p>

; AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>7. Programar os conteúdos curriculares para a população migrante, em estreita articulação com órgãos dos setores econômicos e sociais (saúde, agricultura, trabalho, etc.) de forma a considerar:</p> <ul style="list-style-type: none"> . o atendimento a demanda ou necessidades específicas do mercado de trabalho. . a situação sócio-econômica. . as atividades profissionais que a população migrante exercia nas áreas de origem. <p>8. Vincular as atividades de atualização e definição de novos currículos ao processo de experimentação e inovação, como meio de garantir sua plena correspondência às necessidades do meio rural.</p> <p>9. Incorporar ao processo de definição, elaboração e avaliação dos resultados dos programas curriculares, a consulta às associações de base existentes no meio rural.</p> <p>10. Estruturar o currículo de forma a facilitar a interação entre as diferentes áreas do conhecimento e garantir a orientação e supervisão global na implementação mesmo.</p> <p>11. Assegurar a introdução, nos currículos para a área rural, de atividades de iniciação ao trabalho de forma a proporcionar aos alunos conhecimentos que lhes permitam exercer atividades específicas/produtivas (terminalidade real).</p>	<p>7.1. Utilizar os levantamentos e estudos feitos pelo Ministério do Trabalho em termos de Classificação Nacional de Ocupações de forma a identificar opções e possibilitar a análise sobre as -necessidades do mercado de trabalho nas áreas rurais e periféricas.</p> <p>8.1. Estabelecer contato com os grupos responsáveis por experiências e inovações no meio rural e, se solicitado, apoiá-los para que tenham o suporte necessário na sua condução e promover a divulgação das experiências entre as Secretarias Estaduais de Educação, os técnicos e professores.</p> <p>9.1. Identificar associações de base que atuam no meio rural para requerer seu envolvimento em atividades de elaboração e avaliação de currículos.</p> <p>10.1.. Estimular o intercâmbio das experiências de programação curricular entre os diversos grupos que atuam neste campo, como também entre o pessoal docente e de pesquisa das Universidades.</p> <p>11.1. Identificar experiências de iniciação para o trabalho no meio rural (terminalidade real) analisá-las, orientá-las, apoiá-las e se solicitado divulgar seus resultados.</p>

AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>1. Oferecer ao magistério do meio rural, melhores condições de trabalho, através de melhoria salarial, de estímulo à atividade docente, de segurança funcional (criar condições de acesso e promoção), de extensão ou ampliação de suas atividades.</p> <p>2. Criar ou dinamizar mecanismos e programas que visem proporcionar, paralelamente ao desempenho das funções docentes, atualização de conhecimentos para a elevação do nível qualitativo dos agentes educacionais, dando ênfase especial ao pessoal leigo e semi-qualificado.</p> <p>3. Estimular os agentes educacionais para que se agrupem em associações ou outras formas de organização, como meio de garantir o intercâmbio permanente de experiências e conhecimentos, tanto entre os indivíduos como entre as associações e setores.</p> <p>4. Introduzir, nos programas de formação e aperfeiçoamento do pessoal docente e técnico, elementos que despertem, orientem e impulsionem a capacidade de análise de problemas e situações educacionais e a interrelação existente com outras áreas da atividade econômica e social.</p>	<p>1.1. Analisar os Estatutos do Magistério elaborados pelas Secretarias Estaduais de Educação no sentido de identificar a situação do professor no meio rural nestes estatutos, divulgar e sugerir, quando possível, a introdução de normas ou mecanismos que venham a valorizar a atividade docente no meio rural.</p> <p>- 2.1. Incentivar os Colégios Agrícolas, através da COAGRI e Escolas de Agronomia, a participarem de programas de aperfeiçoamento e atualização dos professores nas áreas rurais, principalmente daqueles responsáveis por programas que visem a iniciação ao trabalho ou terminalidade real a nível de 19 grau.</p> <p>2.2. Elaborar programas de habilitação e atualização que atendam aos agentes educacionais, diretamente, nos locais de trabalho.</p> <p>2.3. Estimular o intercâmbio permanente de experiências, entre as Secretarias de Educação, no que se refere a programas de formação e atualização de professores no local de trabalho.</p> <p>3.1. Apoiar, técnica e/ou financeiramente, as promoções educacionais e culturais das associações ou organizações de pessoal docente e técnico e/ou possibilitar a participação de elementos dessas associações em cursos, seminários ou outras atividades desenvolvidas pelo MEC ou Secretarias de Educação.</p> <p>4.1. Identificar os programas de habilitação ou aperfeiçoamento de magistério leigo existentes, analisá-los, avaliá-los no que se refere à sua atividade e metodologias utilizadas, apoiá-los técnica e financeiramente, se necessário, e introduzir modificações nos currículos que levem os professores a um conhecimento da situação sócio-econômica no meio rural.</p>

: AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>5. Definir critérios e mecanismos que facilitem o deslocamento, contratação ou indicação de pessoal docente para atender a população migrante, segundo as necessidades próprias desta população.</p> <p>6. Identificar experiências educacionais inovadoras, seja no que se refere a metodologias, novas técnicas de ensino, novos materiais, tecnologias, etc, analisá-las, avaliá-las e apoiá-las, técnica e financeiramente, se so licitado e viável.</p> <p>7. Garantir a participação de associações ou organizações que congregam o pessoal docente e técnico em programas de aperfeiçoamento, atualização ou outras atividades desenvolvidas em seu benefício.</p> <p>8. Assegurar ao pessoal docente no meio rural, orientação direta e supervisão, seja através de contatos diretos entre supervisores e professores, seja através de publicações, manuais, cursos, etc.</p> <p>9. Ampliar as funções do professor no meio rural de modo a possibilitar uma participação mais ativa em programas não formais de ensino, em atividades comunitárias, em campanhas, etc.</p>	<p>5.1.>Analisar as informações disponíveis no Ministério do Interior e IBGE sobre as migrações, a fim de identificar as características destas, (intensidade, localização, periodicidade, etc.), o nível educacional da população migrante e assim equacionar os programas educacionais, a disponibilidade de espaços educativos e recrutamento de professores.</p> <p>6.1. Atribuir, às equipes de currículos das Secretarias Estaduais de Educação, o papel de identificar e avaliar experiências educacionais inovadoras, para subsidiar e fortalecer a qualidade do pessoal docente.</p> <p>7.1. Identificar associações ou organizações existentes para iniciar contato com as mesmas a fim de se identificar formas de cooperação e ações conjuntas possíveis e coletar subsídios para programas que venham a beneficiar o pessoal docente e técnico.</p> <p>8.1. Avaliar o sistema atual de orientação e supervisão no meio rural, sua intensidade, seus resultados, seus mecanismos e propor novos mecanismos e instrumentos para melhoria da supervisão.</p> <p>9.1. Identificar programas educacionais que atinjam o meio rural e que estejam sob coordenação de outros órgãos federais, estaduais, regionais ou municipais, a fim de se estudar a possibilidade de ampliar as funções do professor pela sua participação em vários programas.</p>

AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>.. Proporcionar aos programas educacionais destinados aos diversos grupos populacionais, o material de apoio necessário ao desenvolvimento das atividades docentes.</p> <p>. Orientar os docentes no meio rural, através de publicações, supervisão, cursos, etc, na complementação do material de apoio básico com materiais disponíveis no meio em que a escola está inserida, de acordo com os objetivos dos programas e dos grupos populacionais aos quais os programas de destinam.</p> <p>. Assegurar que o material de apoio existente ou a ser oferecido aos estabelecimentos de ensino no meio rural, possam ser utilizados em outros estabelecimentos ou nos diversos programas para os diversos grupos populacionais.</p> <p>. Preparar material de apoio básico que possa ser deslocado para outras áreas que recebem a população migrante para apoiar os programas educacionais destinados a essa população.</p> <p>. Acompanhar, através de atenta observação ou pesquisa, os resultados decorrentes da introdução de novos materiais de apoio e verificar a possibilidade de expansão da utilização desses materiais.</p> <p>. Facilitar o material didático disponível na rede educacional para as associações de base como meio de promover a elevação do nível educacional é cultural de seus associados e o maior intercâmbio de experiências e conhecimento entre elas.</p>	<p>1.1., Identificar, para o ensino de 1º grau e demais níveis ou modalidades o material de apoio necessário ao desenvolvimento das atividades docentes de acordo com as características das escolas no meio rural e os cursos adotados.</p> <p>2.1. Orientar o pessoal técnico e principalmente o pessoal docente que atua em programas de educação não formal, através de cursos, publicações, etc, sobre formas de identificar o material de apoio necessário, de acordo com os valores e percepção dos diferentes grupos populacionais.</p> <p>3.1. Orientar o professor do meio rural, através de supervisão e orientação, a identificar o material de apoio necessário a sua atividade docente e identificar na comunidade (sindicatos, oficinas, fazendas, etc.) o material existente que possa ser cedido ou emprestado para utilização no processo de ensino.</p> <p>4.1. Identificar áreas onde o fenômeno migratório se verifica e estudar como a pressão sobre o sistema educacional tem sido equacionada pelas Prefeituras ou Secretarias de Educação, no que se refere ao material de apoio utilizado nestas circunstâncias.</p> <p>5.1. Identificar experiências sobre renovação ou inovação no que se refere a material de apoio em escolas do meio rural, analisá-las e, se necessário, divulgá-las.</p>

AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>1. Promover o aperfeiçoamento do processo de planejamento nas Secretarias de Educação de forma que a programação para o meio rural se fundamente no conhecimento da situação sócio-econômica e educacional do meio rural e nas necessidades e prioridades dos diferentes grupos populacionais conforme o estágio de desenvolvimento do setor agropecuário.</p> <p>2. Aperfeiçoar o sistema de informações estatísticas sobre a educação e cultura, de forma a captar com mais detalhes, informações sobre a educação formal e não formal a fim de possibilitar a elaboração de indicadores sócio-educacionais para aperfeiçoar o planejamento do processo educacional para o meio rural.</p>	<p>1.1. Coordenar as atividades de assistência técnica prestada pelos órgãos do MEC aos sistemas estaduais de ensino de forma que as equipes de planejamento estaduais sejam orientadas na elaboração de instrumentos, na análise da situação sócio-econômica do meio rural, na análise das potencialidades e expectativas dos grupos populacionais, etc.</p> <p>1.2. Identificar, nas Secretarias Estaduais de Educação, instrumentos, estudos e métodos utilizados no planejamento da educação nas áreas rurais, as análises de conteúdo que foram possíveis e qual o intercâmbio deste material com outras equipes.</p> <p>2.1. Definir os indicadores educacionais e culturais necessários à percepção da realidade educacional e cultural da área rural e as informações estatísticas necessárias para a composição dos indicadores</p> <p>2.2. Levantar, nas Unidades da Federação, com a colaboração dos órgãos federais, estaduais e regionais responsáveis pelos setores econômico e sociais, os principais problemas das áreas rurais, por sub-regiões, municípios, etc., e grupos populacionais mais significativos.</p> <p>2.3. Identificar os sistemas de informação existentes em outros setores (Agricultura, Saúde, Trabalho, etc.) para a captação de informações de interesse para a elaboração de programas educacionais para os diversos grupos populacionais.</p> <p>2.4. Desenvolver esforços no sentido de elaborar uma linguagem estatística apropriada ao meio rural para facilitar o planejamento da educação a nível local, estadual, regional e federal.</p> <p>2.5. Divulgar, nas Unidades da Federação, os trabalhos sobre indicadores sociais que vem sendo desenvolvido pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República.</p>

AÇÕES DE CARÁTER GERAL

SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS

3. Reforçar, nos grupos de planeamento das Secretarias de Educação, a análise e programação quantitativa do setor educação, juntamente com a análise da programação dos outros setores, de forma a subsidiar os grupos responsáveis pela programação qualitativa.
 4. Captar as formas de comunicação predominantes entre indivíduos ou grupos populacionais, para introduzi-las e utilizá-las no processo educacional no meio rural.
 5. Dimensionar os trabalhos de análise no processo de planeamento, de forma a manter um conhecimento atualizado dos seguintes aspectos:
 - . identificação de novas áreas a serem incorporadas ao processo produtivo no meio rural.
 - . perspectivas de mudança das culturas do setor agrícola.
 - . políticas sobre a estrutura fundiária e utilização dos solos.
 - . requerimentos e perspectivas de utilização de mão-de-obra nos setores secundário e terciário.
- 3.1. Proporcionar uma metodologia de análise global aos grupos de planeamento educacional das Unidades da Federação, de forma que possam distinguir as relações e interrelações entre a educação e os demais setores no meio rural.
 - 3.2. Promover programas de aperfeiçoamento e atualização dos técnicos vinculados ao planeamento educacional nas Secretarias de Educação, nos aspectos de análise e programação quantitativa.
 - 1.1. Desenvolver estudos e pesquisas para identificar formas e meios de comunicação (rádio, literatura de cordel, etc) utilizados predominantemente entre indivíduos e grupos na área rural, como subsídios para planeamento de currículos, programas, etc.
 - 5.1. Garantir, nos grupos responsáveis pelas análises que fundamentam o planeamento educacional nas Secretarias de Educação, a interdisciplinariedade para o conhecimento da área rural.

AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>6. Introduzir, no processo de planejamento, a experimentação e inovação como forma de garantir a constante adequação do sistema educacional às necessidades da população rural.</p> <p>7. Definir um processo de intercâmbio periódico de informações e análises estatísticas entre os grupos responsáveis pelo planejamento educacional nas Secretarias Estaduais de Educação e as associações de base no meio rural.</p> <p>8. Considerar os orientadores e supervisores como elementos de ligação entre a realidade rural e administração educacional a nível estadual, onde se elaboram e avaliam as diretrizes e programas educacionais.</p> <p>9. Concentrar, de acordo com as prioridades estabelecidas pelas Secretarias Estaduais de Educação, os recursos financeiros disponíveis em programas integrados ou que guardam estreita relação entre si, a fim de garantir maior efetividade na aplicação dos recursos.</p> <p>10. Simplificar, na medida do possível, as normas existentes no setor para alocação e repasse de recursos, de forma a facilitar a integração com os recursos previstos por outros setores para o meio rural.</p>	<p>6.1. Identificar métodos e técnicas inovadoras na área do planejamento que vêm sendo utilizadas ou que possam ser utilizadas ou testadas pelas equipes de planejamento das Secretarias de Educação.</p> <p>6.2. Desenvolver mecanismos, instrumentos e métodos de avaliação dos resultados dos programas educacionais no meio rural, como forma de redefinir objetivos e programas.</p> <p>7.1. Desenvolver formas e mecanismos de comunicação entre as associações de base e a comunidade rural com as equipes responsáveis pelo planejamento educacional, com a finalidade de captar informações sobre as necessidades educacionais e expectativas dos grupos populacionais.</p> <p>8.1. Dinamizar os sistemas de supervisão de forma a garantir que as informações obtidas pelos supervisores em seu contato com a realidade educacional no meio rural sejam utilizadas no planejamento de ações para o meio rural.</p> <p>Dar prioridade na alocação de recursos aos programas integrados (que se concentrem em atender a um grupo populacional ou capazes de envolver diversos grupos populacionais) ou que guardem estreito relacionamento (consistência, material, treinamento) e destinar os recursos de forma global a fim de possibilitar maior flexibilidade na utilização dos recursos.</p>

AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>1. Configurar a estrutura da educação no meio rural, na qual se leve em conta as condições geográficas, as possibilidades do meio e as aspirações dos diferentes grupos populacionais a fim de assegurar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a complementariedade e apoio entre os diferentes conteúdos educacionais; - o reconhecimento pela escola dos conteúdos a que os grupos populacionais terão acesso em diferentes momentos e através de diferentes meios. <p>2. Estruturar o sistema de supervisão ao processo educacional no meio rural, de forma a que o supervisor se comporte como intermediário entre a Secretaria de Educação e a realidade educacional no meio rural.</p> <p>3. Identificar formas ou mecanismos utilizados ou que possam vir a ser utilizados para a transmissão de conteúdos educacionais de educação regular ou não formal e os mecanismos e instrumentos de avaliação e controle deste processo.</p> <p>4. Introduzir, na organização e administração do processo educacional, critérios, normas e mecanismos que permitam a compatibilização dos programas educacionais com as condições em que se encontra a população migrante.</p> <p>5. Garantir e incentivar a experimentação e inovação nos métodos e sistemas de organização e administração do ensino como forma de facilitar a adequação a novas situações.</p>	<p>1.1. Identificar e analisar os programas educacionais, regulares e não formais, em desenvolvimento nas diferentes áreas rurais e observar o impacto atual, complementariedade e articulação entre eles.</p> <p>1.2. Definir instrumentos que possibilitem a identificação das necessidades e prioridades educacionais dos diferentes grupos populacionais como meio para definir a organização do ensino e adequar os procedimentos necessários à sua administração.</p> <p>2.1. Analisar o sistema de supervisão existente, sua penetração no meio rural, os problemas para seu efetivo funcionamento, o desempenho dos supervisores, para que se possa redefinir, dinamizar e/ou criar um sistema de supervisão que atenda o meio rural.</p> <p>3.1. Analisar os programas educacionais, de educação regular ou não formal, que se utilizam de novas técnicas e instrumentos, para definir a viabilidade de utilização dessas técnicas e instrumentos para a educação nas áreas rurais.</p> <p>4.1. Analisar a organização do trabalho existente no meio rural, (distribuição de trabalho, período de trabalho, responsabilidades, etc.) a partir do contato com alunos e famílias a fim de organizar mais adequadamente as atividades educacionais (currículos, atividades extra-classe, horários, etc.).</p> <p>5.1. Elaborar documentos simples sobre organização e administração escolar para orientar os professores das áreas rurais.</p> <p>5.2. Identificar experiências inovadoras na área de organização e administração do ensino, analisá-las, apoiá-las e divulgá-las quando for o caso.</p>

AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
6. Definir um sistema de avaliação de programas e projetos educacionais pelas famílias, associações de base, etc.	6.1. Definir mecanismos e instrumentos para a avaliação de programas e projetos e a forma de envolver os agentes educacionais, famílias e associações de base nesse processo.

AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>1. Atualizar os levantamentos da rede escolar existente no meio rural e identificar os demais espaços que potencialmente possam ser utilizados para a promoção de programas e atividades educacionais.</p> <p>2. Garantir a rede física existente, as condições mínimas necessárias para o bom desempenho dos programas em desenvolvimento.</p> <p>3. Considerar, nos critérios de localização de espaços educativos, os aspectos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> . dispersão da população no meio rural; . tamanho dos grupos populacionais a serem atendidos; . características geográficas; . conteúdos e requerimentos dos programas educacionais; . materiais disponíveis para o desenvolvimento dos programas educacionais; <p>4. Garantir nas especificações sobre construções de espaços educativos .no meio rural, elementos que garantam sua adequação às características físicas das construções existentes no meio rural.</p> <p>5. Considerar, nas especificações e estudos sobre construções de ambientes educativos no meio rural, a possibilidade de utilização desses ambientes para fins culturais e outras atividades da comunidade.</p>	<p>1.1. Promover nas Secretarias Estaduais de Educação e Prefeituras Municipais, a elaboração de "cartas escolares"sim- ples e operacionais que possibilitem a melhor localização e distribuição da rede física.</p> <p>1.2. Sistematizar o intercâmbio de informações entre as Secretarias Estaduais de Educação e demais Secretarias (Saúde, Trabalho, Agricultura, etc.) no campo da programação de espaços educativos para o meio rural com vistas à utilização de outros espaços para a promoção de programas educacionais e culturais da população.</p> <p>2.1. Identificar as condições da rede física atual e providenciar sua melhoria de acordo com os programas existentes, população a ser atendida, localização, etc.</p> <p>3.1. Caracterizar as diversas áreas rurais e elaborar critérios sobre localização e construção de espaços educativos que considere: a distribuição da população nas áreas rurais, as características geográficas, as disponibilidades de material para construção, os tipos de atividades educacionais a serem desenvolvidas, tipos de construções existentes e as características da população das diversas áreas rurais.</p>

AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES ESPECÍFICAS
<p>6. Garantir, na construção dos espaços educativos, a utilização dos recursos disponíveis no meio rural.</p> <p>7. Estimular a utilização dos espaços educativos disponíveis na rede educacional e nas associações de base, para os trabalhos de promoção e elevação do nível educacional e cultural da população do meio rural.</p> <p>8. Estimular a população para que participe do esforço de manutenção dos espaços educacionais disponíveis</p>	<p>8.1. Dar as associações ou grupos mais diretamente ligados à educação, o encargo da manutenção dos espaços educativos.</p>

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)